



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP
PALÁCIO DA LIBERDADE



EMENDA

Ao Projeto de Lei do Executivo nº 13, de 2018, de autoria do Prefeito Municipal Izaías José de Santana, que altera a Lei nº 5.160, de 14 de fevereiro de 2008, e “Estabelece Diretrizes e Normas da Política Municipal de Habitação – PMH, cria o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS” e dá outras providências.

EMENDA Nº 01

Artigo 1º. Fica acrescido o inciso XVII ao artigo 20 da Lei 5.160 de 2008, alterado pelo artigo 1º do presente projeto, com a seguinte redação:

“XVII – O Conselho Municipal promoverá audiências públicas semestrais, para debater e avaliar critérios de alocação de recursos e programas habitacionais no âmbito do CMHIS. ”

Câmara Municipal de Jacareí, 21 de junho de 2018.

Dr. RODRIGO SALOMON

Vereador – PSDB



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP
PALÁCIO DA LIBERDADE



JUSTIFICATIVA

A sugestão de emenda acima traz a importância da realização periódica de audiências públicas, através da participação da população e dos interessados, para que seja um canal de diálogo e participação democrática no planejamento, na gestão e na fiscalização de políticas públicas como forma de os cidadãos atuarem na resolução dos problemas municipais, tomando parte na vida política e na direção dos assuntos relevantes da sociedade, assim, aproximando-os dos processos decisórios.

Por todo o exposto, peço mais uma vez a colaboração e o entendimento dos Senhores Vereadores para aprovação desta de Emenda.

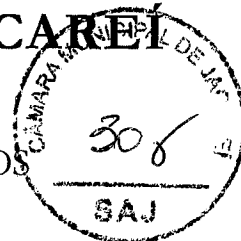
Dr. RODRIGO SALOMON

Vereador – PSDB



CÂMARA MUNICIPAL DE JACARÉ

PALÁCIO DA LIBERDADE
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS



Projeto de Lei nº 13 de 10.05.2018

EMENTA: *Emenda Parlamentar (nº 01) à Projeto de Lei de iniciativa do Executivo, que altera a Lei nº 5.160/08, acerca das diretrizes e normas da política municipal de habitação. Constitucionalidade. Possibilidade.*

PARECER Nº 185/2018/SAJ/JACC

RELATÓRIO

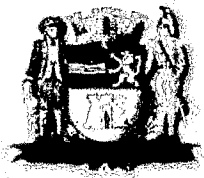
Trata-se de Emenda Parlamentar (nº 01) a Projeto de Lei de autoria do excelentíssimo Prefeito *Izaías José de Santana*, o qual visa alterar a Lei nº 5.160/2008, nos termos que especifica (fls. 02/06).

Em suma, a emenda apresentada inclui a realização de audiências públicas periódicas nas atividades do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social (fls. 28).

FUNDAMENTAÇÃO

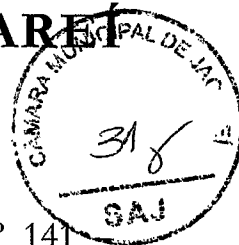
Remetida a esta Secretaria de Assuntos Jurídicos a fim de que seja examinada a pertinência constitucional, legal e jurídica, verifica-se que a Emenda nº 01 não compromete o aludido Projeto.

Vale ressaltar que, respeitada a iniciativa para o projeto, à emenda parlamentar é vedado o acréscimo de despesas, o que incorre na propositura acessória analisada.



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS



Deste modo, reiterando o teor do parecer nº 141

METL – SAJ – 05/2018, conclui-se pela possibilidade de válido prosseguimento da Emenda nº 01, ante sua conformidade com o ordenamento jurídico vigente.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, conclui-se que a **Emenda de nº 01** não possui qualquer mácula do ponto de vista jurídico, sendo, portanto, plenamente constitucional, legal e jurídica, estando **APTA** a ser apreciada em plenário.

Nesse contexto, a Emenda nº 01 deverá ser previamente submetida às Comissões de:

- 1) Constituição e Justiça (art. 33, RI)
- 2) Obras, Serviços Públicos e Urbanismo (art. 35, RI)
- 3) Saúde e Assistência Social (art. 36-A, RI)

Após, a votação da emenda, que ocorrerá **antes** do projeto em si, conforme previsto pelo artigo 125, § 3º, do Regimento Interno, para aprovação do projeto é necessário o voto favorável da maioria simples dos membros da Câmara, em turno único de discussão, nos termos do Regimento Interno.

À Setor de Proposições para prosseguimento.

Jacareí, 22 de junho de 2018.

Jorge Alfredo Céspedes Campos

Secretário-Diretor Jurídico